



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

ASSISTÊNCIA **Jornal da Cidade - 26/08/2015**

MP discute falta de saúde de presos

Faltam profissionais de saúde no atendimento aos presos no sistema prisional de Sergipe. O problema foi discutido durante audiência pública ocorrida na manhã de ontem, 25, na sede do **Ministério Público Estadual (MPE)** que discutiu a situação da assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade e traçar um planejamento para que a política definitiva seja realmente efetivada.

“O objetivo desta audiência foi atualizar a situação. Essas pessoas estão privadas de sua liberdade, mas isso não as cerceiam de outros direitos como à vida e à saúde”, disse o promotor de Justiça, Nilzir Soares Júnior, que participou da reunião junto com os promotores de Justiça das Varas de Execuções Criminais, Luís Cláudio Almeida Santos, e Verônica de Oliveira Amado.

Na audiência pública se constatou a deficiência no quadro de enfermeiros, principalmente de nível superior, e de psiquiatras. Em Sergipe, existe apenas uma psiquiatra forense em atividade no Hospital de Custódia e Tratamento (HCTP) de Sergipe, que atende a pessoas portadoras de distúrbios mentais que cometeram algum delito e, por isso, estão sob custódia, sendo essa a única instituição do gênero no Estado.

“Apenas uma psiquiatra e ela não está todos os dias na unidade. Isso acaba atrasando os andamentos na confecção e avaliação

dos pacientes. Aumentando assim o tempo do interno na unidade. Certamente há uma demora no laudo psiquiátrico”, avaliou a promotora de Justiça Verônica Amado, isentando a profissional da responsabilidade pelos atrasos. “Deve ser uma prioridade da Secretaria de Estado da Saúde. Deve incentivar (de forma financeira) os psiquiatras no Estado. O sistema precisa de pelo menos mais um psiquiatra”, analisou.

O coordenador Geral de Saúde do Sistema Prisional, Thiago Rodrigues Santos, o Estado tem cumprido os parâmetros vigentes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, nos quais exige um psiquiatra em estabelecimentos de porte do HCTP. Questionado se há um atraso nos laudos ele rebateu dizendo que o prazo dos laudos de incidente de insanidade mental, elaborados no HCTP, levam em média, dois a três meses. “Tem sido suficiente”, resumiu ao lembrar que existe dificuldade de captar novos psiquiatras, sobretudo com formação em Psiquiatria Forense, haja vista a escassez desses profissionais no mercado.

A dificuldade de encontrar o profissional de Medicina Psiquiatra também foi abordada pelo diretor de Atenção à Saúde da SES, João dos Santos Lima. Ele lembrou que o problema é visto no Hospital Regional de Lagarto onde uma decisão judicial determinou o serviço de psiquiatria na unidade, mas a

falta de profissionais no mercado tem dificultado atender a Justiça. “Estamos com toda a estrutura montada, mas não há oferta de psiquiatras em Sergipe”, comentou.

Falta de médicos e enfermeiros

O promotor de Justiça, Luís Cláudio Almeida, disse que um relatório encaminhado pelo Conselho Regional de Enfermagem (COREN) constatou um déficit de profissionais de Enfermagem, sobretudo de nível superior, nas equipes que atendem nas unidades prisionais.

Representantes da Secretaria de Estado da Saúde também par-

ticiparam da audiência e explicaram as ações que estão sendo realizadas. Ilani Paulina da Silva, enfermeira responsável pela referência técnica da saúde do sistema prisional de Sergipe, no HCTP existem cinco enfermeiros de nível superior. No Presídio Feminino seria apenas uma enfermeira.

Uma nova audiência foi marcada para o próximo dia 19 de outubro e deverá contar com a participação de promotores de Justiça responsáveis pela fiscalização nas unidades prisionais no interior do Estado, além de representantes dos Conselhos Regionais de Enfermagem e Medicina.